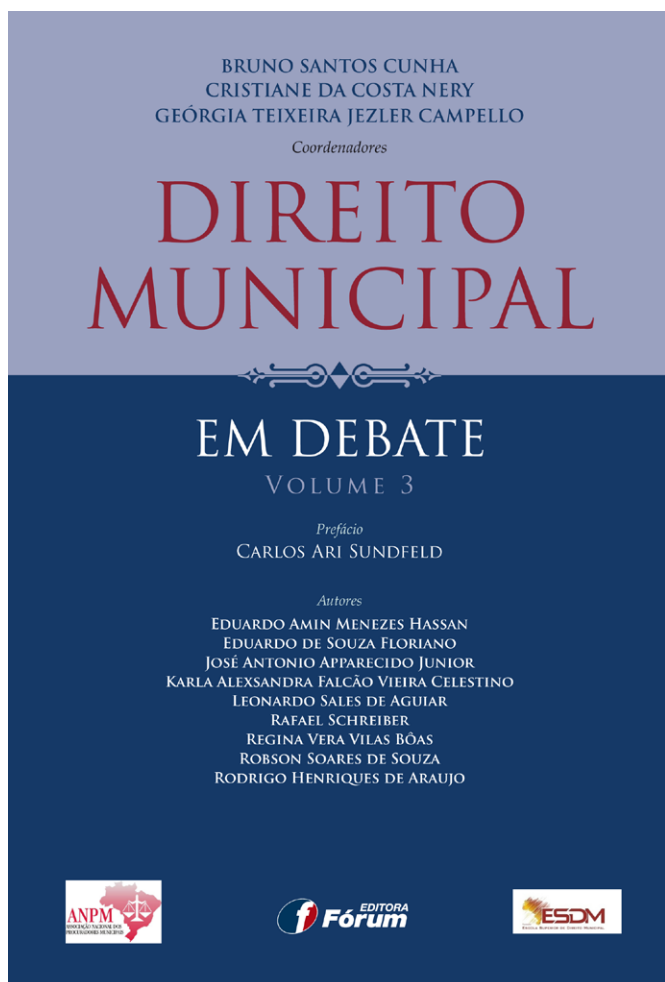




Direito Municipal em Debate, volume 3, é resultado dos estudos realizados durante as últimas edições dos Congressos Nacionais de Procuradores Municipais. Na quinta edição (2008), lançamos o volume 1 e na décima primeira (2014), o volume 2. Agora, no décimo terceiro ano do Congresso Brasileiro, discutidos e amadurecidos mais alguns temas, lançamos este volume 3, com artigos que abordam a aplicação do direito nas municipalidades, com enfoque prático dos casos cotidianamente enfrentados pelos procuradores nas suas diversas áreas de atuação, como forma de divulgar e compartilhar experiências positivas.

Autores

Bruno Santos Cunha
Cristiane da Costa Nery
Geórgia Teixeira Jezler Campello

DIREITO MUNICIPAL

EM DEBATE

Volume 3

Área específica

Direito administrativo.

Áreas afins

Carreira de procuradores;
Organização administrativa das procuradorias;
Processo administrativo e servidores públicos.

Público-alvo/consumidores

Procuradores municipais, gestores públicos,
advogados públicos em geral, servidores públicos,
operadores do direito administrativo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001051

D597

Cunha, Bruno Santos

Direito municipal em debate / Bruno Santos Cunha, Cristiane da Costa Nery, Geórgia Teixeira Jezler Campello; prefácio Carlos Ari Sundfeld. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

v. 3, 190 p.

ISBN: 978-85-450-0186-7

1. Direito municipal. 2. Advocacia pública. I. Nery, Cristiane da Costa. II. Campello, Geórgia Teixeira Jezler. III. Sundfeld, Carlos Ari. IV. Título.

CDD: 342.06

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUNHA, Bruno Santos; NERY, Cristiane da Costa; CAMPELLO, Geórgia Teixeira Jezler. *Direito municipal em debate*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. v. 3, 190 p. ISBN 978-85-450-0186-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
A importância do advogado público na efetivação de acordos como aplicador do direito administrativo contemporâneo RafaelSchreiber.....	17
Introdução.....	17
1 Breves considerações sobre o regime jurídico administrativo contemporâneo	18
2 A utilização de acordos como fator de redução de litígios previstos na Constituição Federal	24
3 Importância da realização de acordos para o direito público	27
4 A realização de acordos à luz da jurisprudência e dos precedentes judiciais	31
5 Função e atuação do advogado público	33
6 O advogado público como auxiliador na motivação dos atos administrativos e na ponderação de interesses	37
Considerações finais	42
Honorários de sucumbência: um direito do advogado público	
Eduardo Amin Menezes Hassan	49
1 Introdução	49
2 Caráter alimentar dos honorários de sucumbência e a Súmula Vinculante nº 85 do STF	50
3 Honorários sucumbenciais como direito do advogado público	53
4 Não sujeição dos honorários sucumbenciais ao teto remuneratório do servidor público	56
5 Considerações finais	59
Referências	60
O Novo CPC e a atuação dos procuradores municipais	
Eduardo de Souza Floriano	63
1 Introdução	63
2 O Novo CPC – visão geral	64
3 A Fazenda Pública Municipal em juízo	64
4 As prerrogativas dos municípios e dos procuradores municipais em juízo	66
4.1 Reconhecimento da impossibilidade do representante judicial da parte de ser compelido a cumprir decisão judicial ...	67
4.2 Despesas ao fim (art. 91).....	69
4.3 Inaplicabilidade do recesso forense aos advogados públicos	69
4.4 Impossibilidade de aplicação de multa por atos atentatórios à justiça	70
4.5 Citação e intimação ocorre perante o órgão da Advocacia Pública	70
4.6 Estipulação de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	70
4.7 Os honorários de sucumbência como direito do advogado Público	71
4.8 Da remessa necessária	73
4.9 Obrigação de cadastro para recebimento de citações e intimações por meio eletrônico	74
4.10 Restrição às regras de concessão da tutela antecipada face a Fazenda Pública	74

5 Conclusão	74
O Leviatã revisitado – o procurador do município e o novo paradigma da consensualidade administrativa	
José Antonio Aparecido Junior	77
Introdução	77
1 O procurador do município e a revisita ao Leviatã	78
2 Nas entranhas do Leviatã – a atuação do corpo profissional da Administração Pública	80
3 Administração Pública consensual?	81
4 Consensualidade x autoridade: o Leviatã despedido	83
5 Consensualidade x controle: o Leviatã onisciente	85
6 O procurador do município e a atuação consensual da Administração Pública: conclusões	88
Referências	89
A efetivação dos direitos fundamentais sociais por meio da atuação concreta da Advocacia Pública Municipal	
Karla Alexsandra Falcão Vieira Celestino e Regina Vera Vilas Bôas	91
I Nota introdutória	91
II Função social da Advocacia Pública	91
II.I Justiça social em John Rawls	93
III Lições de Alexy	94
IV Lições de Sarlet	97
V Lições de Canotilho	109
VI Lições de Paulo Bonavides	113
VII Notas conclusivas	115
Referências	116
A ratio essendi das chefias de carreira da Advocacia Pública Municipal	
Leonardo Sales de Aguiar	119
Introdução	119
1 A estrutura organizacional das procuradorias municipais pelo país e o caráter estatal da carreira de procurador municipal	121
2 Princípio da simetria	125
2.1 A simetria constitucional e o cargo de procurador-geral do município	125
2.2 A simetria e os demais cargos de chefia e direção das procuradorias municipais	127
3 Princípio da impessoalidade, da moralidade e da acessibilidade dos cargos públicos mediante concurso público (art. 37, da CF/88)	131
4 A proposta de Emenda Constitucional nº 17/2012, a proposta de Súmula Vinculante nº 18 e a constitucionalização da carreira de procurador municipal	133
5 Alguns precedentes judiciais proferidos pelo país a respeito da matéria	134
6 Conclusões	137
Referências	138
Interesse público primário e tutela de direitos coletivos: a necessidade de adequação constitucional aos privilégios processuais previstos à Fazenda Pública	
Robson Soares de Souza	139
1 Introdução	139
2 Os direitos coletivos e seu desenvolvimento jurídico decorrente das transformações sociais	142
3 A proibição da reformatio in pejus em reexame necessário nas ações de tutela coletiva – a necessidade do reconhecimento de ofício em segundo grau da tutela de interesses coletivos	148
4 A inconstitucionalidade progressiva do art. 475 do CPC	151
5 A Súmula nº 45 do Superior Tribunal de Justiça e a interpretação conforme a Constituição do art. 475 do CPC – proibição da reformatio in pejus somente em casos de interesse público primário	154
6 O interesse coletivo como matéria de ordem pública – o reexame necessário na ação civil pública por aplicação analógica do art. 19 da Lei de Ação Popular	156
7 Considerações finais	158
Referências	159
Autonomia municipal, orçamento público e ativismo judicial	
Rodrigo Henriques de Araujo	161
1 Introdução	161
2 O município como ente federado e autônomo	161
2.1 Autonomia municipal	166
3 Planejamento e orçamento na Administração Pública	170
3.1 Orçamento público	172
4 Ativismo judicial	176

4.1 Consequências do ativismo judicial no município	179
Conclusão	186
Referências	187
Sobre os autores	189